

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdec@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 604/2018-PGJ, DE 9.2.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 511/2018-PGJ, de 2.2.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de fevereiro de 2018, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 31/2017-PGJ, de 7.12.2017, de forma que:

Na parte onde consta:

COMARCA DE TRÊS LAGOAS			
7 (18h01min) a 14.2.2018 (7h59min)	7ª PJ	José Roberto Tavares de Souza	98174-5353
14 (18h01min) a 21.2.2018 (7h59min)	5ª PJ	Daniela Araujo Lima da Silva	98116-4569

Passe a constar:

COMARCA DE TRÊS LAGOAS			
7 (18h01min) a 14.2.2018 (7h59min)	7ª PJ	José Roberto Tavares de Souza	98174-5353
14 (8h) a 14.2.2018 (18h)	2ª PJ	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	98174-1152
14 (18h01min) a 21.2.2018 (7h59min)	5ª PJ	Daniela Araujo Lima da Silva	98116-4569

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 605/2018-PGJ, DE 15.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Convocar os servidores e funcionários lotados exclusivamente nas Promotorias de Justiça da comarca de Campo Grande para participarem do “Projeto Sensibilize-se”, a realizar-se no auditório do prédio da Rua da Paz, conforme o quadro a seguir:

PÚBLICO-ALVO	DATA	HORÁRIO
Terceirizados e mirins	19.2.2018	13h30min
Terceirizados e mirins	19.2.2018	15h
Motoristas e Técnicos I e II	20.2.2018	13h30min
Assessores Jurídicos	1º.3.2018	13h30min

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 608/2018-PGJ, DE 15.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Douglas Silva Teixeira	11 e 12.10.2014	15 e 16.2.2018
Fernanda Proença de Azambuja	6, 7 e 27.5.2017	21, 22 e 23.2.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 634/2018-PGJ, DE 15.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 60º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Antônio Freitas de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça Especializadas da referida Comarca, a partir de 22.2.2018, pelo período de 1 (um) ano.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 635/2018-PGJ, DE 15.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Inquérito Policial nº 000117-09.2017.8.12.0038 e ações judiciais decorrentes, em trâmite na Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

COMISSÃO DE CONCURSO**AVISO Nº 003/2018-COC**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO XXVIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO em exercício, no uso das atribuições legais, DIVULGA o resultado dos julgamentos dos recursos interpostos em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição para o certame.

1) PROCESSO PGJ/10/0511/2018

Requerente: LUCAS HENRIQUE ALVES VELLASCO

A Comissão do Concurso, após análise do recurso interposto em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, por unanimidade, não deu provimento ao recurso, em razão do requerente não ter apresentado a

documentação exigida no item III, subitem 3.1, do Aviso nº 001/2017-COC, dentro do prazo estabelecido no referido Aviso.

2) PROCESSO PGJ/10/0512/2018

Requerente: ALAN CARLOS REIS SILVA

A Comissão do Concurso, após análise do recurso interposto em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, por unanimidade, não deu provimento ao recurso, em razão do requerente não ter atendido às exigências previstas no art. 1º, § 2º, da Lei nº 2.557, de 13 de dezembro de 2002, c/c o art. 1º do Decreto nº 11.232, de 27 de maio de 2003.

3) PROCESSO PGJ/10/0513/2018

Requerente: JOCYÉLE MONTEIRO DE ARAÚJO

A Comissão do Concurso, após análise do recurso interposto em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, por unanimidade, não deu provimento ao recurso, em razão de não ter atendido às exigências previstas no art. 1º, § 2º, da Lei 2.557, de 13 de dezembro de 2002, c/c o art. 1º do Decreto nº 11.232, de 27 de maio de 2003.

4) PROCESSO PGJ/10/0514/2018

Requerente: JOSÉ BERNARDES DOS PRAZERES JÚNIOR

A Comissão do Concurso, após análise do recurso interposto em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, por unanimidade, não deu provimento ao recurso, em razão do requerente não ter apresentado a documentação exigida no item III do Aviso nº 001/2017-COC, dentro do prazo estabelecido no referido Aviso.

5) PROCESSO PGJ/10/0515/2018

Requerente: DANIEL CELIO FERNANDES COSTA

A Comissão do Concurso, após análise do recurso interposto em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, por unanimidade, não deu provimento ao recurso, em razão do requerente não ter atendido às exigências previstas no art. 2º da Lei nº 4.827, de 10 de março de 2016, alterada pela Lei nº 5.129, de 27 de dezembro de 2017.

6) PROCESSO PGJ/10/0516/2018

Requerente: GUSTAVO ANUNCIAÇÃO DE PAULA

A Comissão do Concurso, após análise do recurso interposto em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, por unanimidade, não deu provimento ao recurso, em razão do requerente não ter atendido às exigências previstas no art. 1º, caput, da Lei nº 2.887, 21 de setembro de 2004.

7) PROCESSO PGJ/10/0517/2018

Requerente: NÁDIA GALEGO FIGUEIREDO

A Comissão do Concurso, após análise do recurso interposto em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, por unanimidade, não deu provimento ao recurso, em razão da requerente não ter atendido às exigências previstas no art. 2º da Lei nº 4.827, de 10 de março de 2016, alterada pela Lei nº 5.129, de 27 de dezembro de 2017.

8) PROCESSO PGJ/10/0518/2018

Requerente: LAIANE DOURADO

A Comissão do Concurso, após análise do recurso interposto em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, por unanimidade, não deu provimento ao recurso, em razão de não ter apresentado a documentação exigida no item III do Aviso nº 001/2017-COC, dentro do prazo estabelecido no referido Aviso.

9) PROCESSO PGJ/10/0519/2018

Requerente: DANIEL DE BARROS DA SILVA

A Comissão do Concurso, após análise do recurso interposto em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, por unanimidade, não deu provimento ao recurso, em razão do requerente não ter apresentado a documentação exigida no item III subitem 3.1, do Aviso nº 001/2017-COC, dentro do prazo estabelecido no referido Aviso.

10) PROCESSO PGJ/10/0520/2018

Requerente: GABRIEL BARBOSA RAMOS

A Comissão do Concurso, após análise do recurso interposto em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, por unanimidade, não deu provimento ao recurso, em razão do requerente não ter atendido às exigências contidas no art. 1º, § 1º, da Lei nº 2.887, de 21 de setembro de 2004.

Campo Grande, 15 de fevereiro de 2018.

SILVIO CESAR MALUF

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão de Concurso em exercício

ESCOLA SUPERIOR

EDITAL Nº 031/2018/PJ TRÊS LAGOAS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, declara a DECADÊNCIA do direito de ser empossada a candidata SARA GRANGE DOS SANTOS, aprovada em 16º lugar do período matutino, no referido Processo de Seleção, referente ao curso de Direito, uma vez que tal candidata não apresentou a documentação necessária ao credenciamento no prazo indicado no Edital de Convocação nº 030/2017, publicado no DOMP-MS nº 1665, de 31 de janeiro de 2018. Com isso, torna público a CONVOCAÇÃO da candidata ANA LUISA LOPES BRASIL DA SILVA, aprovada em 17º lugar do período matutino, no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários do Curso de Nível Superior em Direito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca Três Lagoas, objeto do Edital nº 001/2016/PJ Três Lagoas, de 12 de julho de 2016, publicado no DOMP-MS nº 1320, de 15 de julho de 2016 para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Três Lagoas.

Três Lagoas/MS, 08 de fevereiro de 2018.

LUCIANO ANECHINI LARA LEITE

Promotora de Justiça

Art. 31, §1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.

DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

- I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;
- III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº015/2010-PGJ.
- VI – declaração pessoal de não cumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII - atestado de exame ABO-RH;
- VIII- número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;
- IX - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
- X- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAF) digitada em todos os campos e assinada.

AVISO Nº 021/2018 DOURADOS

Retificação do Aviso nº 020/2018 DOURADOS

O Presidente da Comissão do I PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DAS PROMOTORIAS DE DOURADOS, homologado por meio do Aviso Nº 001/2016-CEAF-DOURADOS, de 13 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Ministério Público nº 1418, de 14 de dezembro de 2016, Torna Pública a Retificação do Aviso nº. 020/2018 DOURADOS, publicado no DOMP nº 1.673, de 15 de fevereiro de 2018, a saber:

O item 1.1 do Aviso nº 020/2018 passa a ter a seguinte redação:

1.1. A DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS DOS CANDIDATOS DA REGIÃO DE DOURADOS PASSA A SER DIA 1º DE MARÇO DE 2018, MANTIDOS OS HORÁRIOS E AS DEMAIS INFORMAÇÕES DO AVISO ORIGINAL.

Campo Grande, 15 de fevereiro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 8/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/0435/2018.

Partes:

- 1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por representado pela sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.
- 2- J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME, representada por Danielle Herradon Castro de Souza.

Procedimento Licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preço n. 081/2017 - Pregão Eletrônico nº 084/2017 – da Secretaria do Estado de Administração e Desburocratização (SAD/MS) – Superintendência de Licitação

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 (e alterações).

Objeto: Aquisição de lâmpadas.

Valor: R\$7.440,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000558 de 02.02.2018.

Vigência: 3 (três) meses a partir da assinatura.

Data de assinatura: 15.02.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 36/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0094/2018.

Partes:

- 1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.
- 2- ESMERALDO GOMES ACOSTA.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda–MS.

Valor estimado mensal: R\$150,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000203, de 15.01.2018.

Vigência: 18.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 18.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 50/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0132/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- ESMERALDO GOMES ACOSTA.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda-MS.

Valor estimado mensal: R\$450,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000229, de 15.01.2018.

Vigência: 19.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 19.01.2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 0017/2018/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na avenida Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, em Campo Grande-MS, Cep.: 79003-027, telefone: (67) 3317-4067.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002282-7

Requerente: 15º Batalhão de Polícia Militar Ambiental

Requerido: Edna Maria de Oliveira Castela

Objeto(s): apurar a degradação ambiental, representada pela modificação de curso d'água e nascente, praticada na Estância Lagoa Bonita, situada em Campo Grande-MS.

Campo Grande, 09 de fevereiro de 2018

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COXIM

EDITAL Nº 0018/2018/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000448-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Coxim e Padrão Engenharia Ltda.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no loteamento denominado "Lagoa Dourada", situado nesta cidade, uma vez que foi implementado no final do ano de 2001, sem atender os requisitos legais, notadamente sem contar com a autorização do Poder Público Municipal.

Coxim/MS, 07 de fevereiro de 2018

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0019/2018/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000421-1

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar possível risco à Saúde Pública, devido a manifestação de pombos na residência situada na Rua Fernando Correia da Costa, nº 80, Centro, nesta cidade.

Coxim/MS, 07 de fevereiro de 2018

DANIELLA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0020/2018/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000379-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar possível situação de vulnerabilidade dos adolescentes P.D.B.B. e S.B.B.

Coxim/MS, 07 de fevereiro de 2018

DANIELLA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça

IVINHEMA

EDITAL N.: 006/2018/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2017.00001406-0, mediante conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00001406-0, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590.

Inquérito Civil n. 06.2017.00001406-0

Requerente: Paróquia São Paulo Apóstolo de Ivinhema-MS

Requerido: Associação Cantinho Bem-Me-Quer

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no funcionamento do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Cantinho Bem-Me-Quer.

Ivinhema/MS, 15 de fevereiro de 2018

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0001/2018/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000241-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Construtora Caiapó Ltda

Assunto: apurar ocorrência de dano ambiental em Área de Preservação Permanente do Córrego Mantena, localizada às margens da BR-262 deste Município, praticado pela pessoa jurídica de direito privado Construtora Caiapó Ltda.

Ribas do Rio Pardo, 15 de fevereiro de 2018.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PORTO MURTINHO

EDITAL Nº 0003/2018/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.0000406-2 em Inquérito Civil 06.2017.00000406-2, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2017.00000406-2

Requerente: Roberto Rodrigues

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual desvio de função de servidores público efetivo, praticado pelo Município de Porto Murtinho.

Porto Murtinho/MS, 08/02/2018

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL Nº 0004/2018/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.0000739-2 em Inquérito Civil 06.2017.00000739-2, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2017.00000739-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual contratação irregular de Professores na Rede de Ensino Municipal.

Porto Murtinho/MS, 08/02/2018

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL Nº 0005/2018/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a conversão do procedimento Notícia de Fato n. 01.2017.0007321-6 em Inquérito Civil 06.2018.00000477-7, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000477-7

Requerente: Almir Farias da Cunha, Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

Assunto: apurar eventual irregularidade no processo seletivo para contratação de servidores por parte da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, tendo como empresa vencedora a empresa: "Vale Consultoria"

Porto Murtinho/MS, 09/02/2018

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL Nº 0006/2018/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000740-4 em Inquérito Civil 06.2017.00000740-4, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2017.00000740-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual contratação irregular de Professores na Rede de Ensino Municipal.

Porto Murtinho/MS, 09/02/2018

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL Nº 0007/2018/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a conversão do procedimento Notícia de Fato n. 01.2017.00007320-5 em Inquérito Civil 06.2018.00000474-4, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000474-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Heitor Miranda dos Santos e outros

Assunto: apurar eventual irregularidade praticada pelo ex-prefeito municipal de Porto Murtinho Heitor Miranda dos Santos em suposto esquema conhecido como "mensalinho".

Porto Murtinho/MS, 09/02/2018

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL Nº 0008/2018/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.0000741-5 em Inquérito Civil 06.2017.00000741-5, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2017.00000741-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marina Bartoloti

Assunto: Apurar eventual acúmulo de cargos de Servidora do Detran/MS, no Município de Porto Murtinho, praticado por Marina Bartoloti.

Porto Murtinho/MS, 09/02/2018

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça Substituta